

Com qualidade sanitária reconhecida, carne paranaense está competitiva, afirma secretário

31/05/2022

Agricultura e Abastecimento

Após 50 anos de construção de um sistema sólido de sanidade agropecuária, que incluiu campanhas regulares de vacinação, muito diálogo com produtores e a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), o Estado finalmente conquistou o status de área livre de febre aftosa sem vacinação. A chancela da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) completou um ano no último dia de 27 de maio e já traz reflexos na agropecuária do Paraná, o maior produtor de proteína animal do País.

Em entrevista para a Agência Estadual de Notícias (AEN), o secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, destaca o que o Estado tem feito atualmente para garantir a abertura de novos mercados para a carne e outros produtos de origem animal oriundos do Paraná. Já refletindo esse reconhecimento, o Estado conta com investimentos bilionários de cooperativas e frigoríficos nos diferentes segmentos pecuários.

“Todo o movimento para obter a certificação foi feito para vender os produtos paranaenses. Temos produção, qualidade e, agora, condição sanitária reconhecida, o que amplia a capacidade competitiva contra nossos concorrentes”, destaca Ortigara.

Para a manutenção desse status, o Governo do Estado atua fortemente na vigilância dos rebanhos, fortalecendo a estrutura de fiscalização da Adapar e promovendo a atualização dos plantéis junto aos produtores rurais. Em meados de maio, foram nomeados os novos profissionais para trabalhar na agência e também foi divulgado um novo edital para a contratação de técnicos agrícolas para reforçar a fiscalização.

“É muito relevante não relaxar na vigilância, no monitoramento e na ação técnica para sustentar o conceito de área livre”, ressalta o secretário. “Foi um esforço feito ao longo de décadas, que ganhou consistência com a articulação institucional que visava essa conquista, voltada justamente para a vender nossa grande produção. O produto que se origina de uma área livre da enfermidade mostra ao mundo uma cara limpa, organizada e sinaliza que o serviço sanitário

funciona”.

O que significa para o Estado ter alcançado o reconhecimento sanitário de área livre de febre aftosa sem vacinação?

Há um ano, o Estado conquistou, perante a OIE, o certificado de área livre de febre aftosa e foi reconhecido como uma unidade autônoma livre da peste suína clássica. Foram dois movimentos importantes que sinalizam a oportunidade de crescermos no comércio internacional de venda de produtos animais. Foi um esforço feito ao longo de décadas, que ganhou consistência com a articulação institucional que visava essa conquista, voltada justamente para a vender nossa grande produção.

O Paraná é o maior produtor e exportador nacional de frango. A espécie não é suscetível ao vírus, mas o produto que se origina de uma área livre da enfermidade mostra ao mundo uma cara limpa, organizada e sinaliza que o serviço sanitário funciona. O Estado é também líder na produção de peixe, é o segundo maior produtor de suínos – mercado em que temos espaço para crescer de 50% a 70% com novos investimentos – e de laticínios, que era um espaço que não disputávamos no mercado mundial justamente por causa da vacinação. Com isso, mega empresas estão investindo no Paraná já de olho nesse mercado.

O que avançou na produção e na comercialização dos produtos agropecuários desde então?

O que temos feito agora é exercitar um pouco mais nossa habilidade comercial. Existe uma grande aproximação entre os governos estadual e federal e empresas daqui para prospectar novos negócios em outros países. Queremos construir uma relação comercial duradoura e confiável com parceiros internacionais. Em novembro, iremos em uma missão internacional até o Japão, um grande mercado, para fazer essa prospecção. O mesmo ocorreu no ano passado, em Dubai, para ampliar a relação com o Oriente Médio. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento também atua nesse sentido, buscando novos negócios com o México e o Canadá. Também há oportunidades no Leste Asiático e na Europa, que queremos conquistar com a nossa produção competitiva, de qualidade e sanitariamente adequada.

A manutenção desse status é fundamental na prospecção de novos mercados. O que tem sido feito atualmente?

É muito relevante não relaxar na vigilância, no monitoramento e na ação técnica para sustentar o conceito de área livre. Estamos reforçando nosso apelo junto a

organizações locais e aos conselhos municipais e intermunicipais de sanidade agropecuária, porque é um interesse comum de produtores, agroindústrias e do governo. Estamos fortalecendo a capacidade de intervenção do Estado com a contratação de médicos veterinários e técnicos agrícolas para reforçar a estrutura da Adapar. Está em andamento a requalificação do plano de carreira dos fiscais agropecuários e dos técnicos auxiliares da fiscalização, além de investimentos em tecnologia para o uso de ferramentas mais modernas, como câmeras e drones, para manter a vigilância no campo. Contamos com a parceria das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, principalmente em zonas de fronteira, para coibir contrabando ilícito e fiscalizar o trânsito de animais. Temos, ainda, um fundo de indenização com R\$ 84 milhões para uma eventual intervenção. As condições estão estabelecidas para evoluirmos no comércio.

Como é feito o monitoramento junto aos produtores?

Passamos a exigir do produtor, de forma simplificada, a declaração de rebanho, que é feita uma vez por ano e sem custos. Apostamos na confiança de que os agricultores vão cadastrar seus plantéis. É uma ferramenta de planejamento, que permite intervenções eficazes caso tenhamos alguma recaída. Por isso, é necessário declarar todos os animais que existem na propriedade: bois, búfalos, ovinos, caprinos, galinhas, coelhos, suínos, cavalos, mulas, asininos, produção de mel e de peixe. O cadastramento pode ser feito pela internet, nas Unidades Regionais de Sanidade Agropecuária da Adapar ou nos sindicatos credenciados. Há penalidades caso a atualização não seja feita, com a aplicação de multa e a não emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA).

Como estão a confiança do setor produtivo e os investimentos dos frigoríficos e agroindústrias no Estado?

Há vários investimentos em andamento nos diferentes segmentos de proteína animal, tanto na expansão de frigoríficos existentes como na implantação de novos empreendimentos. Entre os destaques estão algumas das maiores empresas do setor, como o frigorífico de porcos da Frimesa, em Assis Chateaubriand, que será o maior da América Latina e vai abater até 15 mil suínos por dia quando estiver em pleno funcionamento. Em Rolândia, está em construção a maior fábrica de empanados de frango da América Latina, um investimento de R\$ 1,8 bilhão da JBS. Em parceria com o Estado, a Agro Laranjeiras investe R\$ 30 milhões para viabilizar a produção de 980 mil leitões por ano, com mais de 30 mil matrizes produzindo. Em São Jorge d'Oeste, a Piracanjuba está implantando a maior fábrica de queijos do Brasil. São pequenos, médio e grandes empreendimentos em todo o Estado.